



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 60 (sessenta) veículos automotores (sendo 40 - tipo: pick-up, 15 - tipo: sedan e 05 - tipo: van) sem fornecimento de combustível, com dedicação exclusiva de mão-de-obra conforme condições, quantidades e especificações contidas neste termo e nos requisitos da contratação descrito no Estudo Técnico Preliminar no presente processo SEI-070002/014243/2024.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente contratação é motivada pela demanda de transporte de servidores e equipamentos conforme as necessidades da Administração. Este serviço visa também agilizar as demandas oficiais, educação ambiental, fiscalização ambiental, licenciamento ambiental, atendimento às emergências, patrulhamento em áreas de preservação ambiental, treinamentos e incursões, possibilitando o cumprimento da logística de transporte de servidores e de terceiros, conforme o caso, possibilitando maior efetividade, eficácia e economicidade frente aos trabalhos a serem realizados.

O INEA tem a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro através de ações de fiscalização, vistorias, atividades voltadas para a educação ambiental dentre outras através de suas Superintendências Regionais, Unidades de Conservação, Parques e Reservas e Hortos Florestais. A logística envolvida no atendimento, tanto dos grandes centros urbanos quanto das áreas mais distantes e remotas, envolve o deslocamento de viaturas pelos mais de 1.000,00 km² de extensão territorial do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, é necessário a locação de veículos robustos, com porte para uso em terrenos de difícil acesso e irregulares, de passeio para atendimento aos centros urbanos visando complementar a frota do INEA e vans visando o deslocamento de larga escala tanto de servidores quanto de palestrantes, alunos, pesquisadores e outros, assim, permitindo que as atividades fiquem atendidas plenamente.

Complementarmente, a partir da Relação Veículos Inservíveis/Irrecuperáveis/Baixa Condição de Uso (80275191), nota-se diversos veículos encontram-se inservíveis e/ou com alto custo de manutenção devido ao ano de fabricação e quilometragem alta (≥ 200.000km), onde nesta relação encontram-se 23 veículos Pick-ups, 11 veículos de passeio, 01 van tipo furgão e 02 vans de passageiro, ambos inoperante e operantes com alto custo de manutenção, bem como a impossibilidade de aditar a quantidade de pick-ups no contrato vigente, haja vista que o mesmo chegou aos 25% (vinte e cinco por cento) previsto em Lei (art. 65 da Lei 8.666/93, em vigor no ato da assinatura do contrato atual), onde o mesmo será findado quando o início do novo contrato conforme Cláusula no Termo Aditivo. A quantidade solicitada justifica-se conforme planilha:

| TIPO | QUANTIDADE | JUSTIFICATIVA |
|-----------------|------------|--|
| Pick-up 4x4 | 40 | Quantidade pretendida visa atender as 08 (oito) Superintendências e a Diretoria das Superintendências Regionais (DIRSUP), onde ne (três) pick-ups para cada superintendência e 01 (uma) para a Diretoria devido o trânsito por localidades com terrenos acidentados, tot veículos, onde compete as atividades de fiscalização ambiental, licenciamento ambiental e atendimento às emergências e outras. Com a mesma finalidade, devido às fiscalizações, atendimentos emergenciais de patrulhamento em áreas de preservação ambiental e licença (DIRPOS) transita em áreas de difícil acesso e terrenos acidentados, onde necessita de 07 (sete) pick-ups 4x4 visando substituir titularidade do INEA que estão em baixas condições de uso. Diante do quantitativo já exposto os demais pick-ups (sete veículos) serão distribuídas: 01 (um) veículo Corregedoria visando as diligências pelo Estado do Rio de Janeiro e acompanhamento às fiscalizações e licenciamentos 04 (quatro) veículos à Diretoria de Licenciamento Ambiental (DIRLAM) visando as inspeções e fiscalizações para instrução processual 03 (três) veículo para à Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DIRSEQ), para que haja as fiscalizações, atendimentos oficiais nas Estações Hidrometeorológicas, controle na qualidade da água (GERLAB) e ar (GERAR), comumente aos outros setores ficam |
| Passeio (sedan) | 15 | Quantidade solicitada substitui os veículos que estão inservíveis e/ou alto custo para manter em condições de uso, devido as condições. Tais veículos irão suprir a necessidade de todo o Instituto, sendo carros de passeio, terão acesso a diversas localidades (tanto urbano e com baixo consumo de combustível por terem uma tecnologia atual e baixa poluição, visando as demandas oficiais, educação ambiental, licenciamento ambiental, atendimento às emergências, patrulhamento em áreas de preservação ambiental, treinamentos e incursões. |
| Van | 05 | Quantitativo pretendido visa substituir as vans oficiais, haja vista a dificuldade de encontrar peças de reposição, uma vez que as mesmas na Mercedes-Benz. O INEA demanda por locomoção de transporte em massa, seja de servidores, colaboradores, pesquisadores, alunos e palestrantes, um especialização de educação ambiental, visitas às Unidades de Conservação e Laboratório, fiscalização em empresas de grande porte, deslocamento de equipes de grande número, seminários e simpósios, bem como o transporte de Guarda-Parques, podendo conter animais em gaiolas, fruto de apreensões ou reintegração de animais ao meio ambiente. Tais veículos são demandados por todo o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, visando as rotinas finalísticas que compõem a missão |

O presente procedimento licitatório tem como objetivo a contratação de empresa especializada na locação de veículos com motorista. Esta necessidade decorre da condição precária da frota do Instituto, a qual se encontra completamente deteriorada devido ao uso intensivo e ao desgaste natural do tempo, resultando em elevados custos de manutenção

Embora haja algumas contratações independentes de motoristas e veículos pela Administração Pública, tal abordagem não se revela vantajosa neste caso específico. O INEA realiza uma ampla gama de atividades, que inclui educação ambiental, fiscalização, licenciamento, atendimento a emergências, patrulhamento em áreas de preservação, bem como treinamentos e inspeções tanto urbanas quanto rurais. Dessa forma, as operações do Instituto não se restringem às suas instalações centrais situadas nas avenidas Venezuela e Marechal Floriano, no Centro do Rio de Janeiro. Muitas das atividades do Instituto ocorrem em regiões remotas e de difícil acesso, frequentemente classificadas como "zonas de risco". Assim, a locação de veículos e motoristas de forma separada acarreta riscos elevados, dado que é comum a ocorrência de avarias nos veículos e outros problemas em áreas inseguras e de acesso dificultado. A locação de motoristas por uma

empresa para operar veículos de outra poderia resultar em uma série de problemas e conflitos desnecessários, que poderiam ser evitados. Além disso, o Instituto tem realizado eventos de maior porte em comparação com os anteriores, e a frota atual, com alta quilometragem e manutenção constante, compromete a segurança dos passageiros e motoristas, bem como a segurança pública nas vias.

Ademais, a locação de veículos com motoristas é imprescindível devido à ausência de pessoal qualificado para conduzir os veículos no quadro de funcionários, tornando a locação apenas dos veículos sem motoristas ineficazes. Portanto, a abordagem mais vantajosa deve considerar o princípio da economicidade. Contudo, a proposta mais vantajosa não deve ser avaliada unicamente pelo custo, mas também pela sua capacidade de satisfazer o interesse coletivo e garantir a execução eficiente do contrato. A contratação vantajosa é aquela que representa o melhor uso dos recursos públicos, promovendo economia e eficiência. Dessa forma, a busca pelo menor preço deve estar alinhada ao princípio da eficiência, assegurando a qualidade dos serviços prestados.

Em conclusão, a "vantajosidade" a ser considerada deve atender às necessidades da Administração e proporcionar os resultados esperados na contratação, enquanto busca-se o menor preço possível.

1.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Esta demanda está alinhada com o Plano de Contratações Anual de 2024 do INEA.

1.3 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

Objeto da demanda, segundo o catálogo de matérias e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

| CÓDIGO SIGA | ID SIGA | DESCRIÇÃO |
|---------------|---------|---|
| 0667.006.0027 | 171546 | SERVICOS DE LOCAAO DE VEICULOS TIPO PICK-UP, DESCRIÇÃO: POTENCIA 100~200CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRACAO 4X4, CABINE DUPLA, 4 PORTAS, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000~1500 KG, DIRECAO HIDRAULICA/ELETRASSISTIDA; AR CONDICIONADO, Características Adicionais: CONFORME TERMO DE REFERENCIA, COM MOTORISTA, SEM COMBUSTIVEL |
| 0667.010.0076 | 188754 | LOCAAO DE VEICULOS PADRAO,DESCRICA:O: SERVICOS DE LOCAAO DE VEICULOS, CAPACIDADE: 05 OCUPANTES, MODELO SEDAN, CATEGORIA MEDIO, ZERO KM, 4 PORTAS, MOVIDO A GASOLINA/ALCOOL, CONDICIONADOR DE AR, MOTOR POTENCIA DE 105 CV ~ 128 CV (GASOLINA), DISTANCIA ENTRE EIXOS DE 2520 MM ~ 2700 MM, DIRECAO HIDRAULICA / ELETRASSISTIDA/ ELETR-HIDRAULICA, CONDICIONADOR DE AR, VIDRO ELETRICO E TRAVA ELETRICA NAS 4 PORTAS), FREIOS ABS, RADIO AM/FM/ENTRADA USB, COM MOTORISTA, SEM COMBUSTIVEL, LIVRE DE KM E ISENTA DE PAGAMENTO DE FRANQUIA, ORIGEM: PESSOA JURIDICA |
| 0667.001.0108 | 182816 | SERVICOS DE LOCAAO VEICULO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CAPACIDADE: COM CAPACIDADE PARA 15 PASSAGEIROS, DESCRIÇÃO: CONTRATACAO DE LOCAAO DE VEICULO TIPO VAN, COM AR CONDICIONADO, COMBUSTIVEL: SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL, MOTORISTA: COM FORNECIMENTO DE MOTORISTA. |

2.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.2.1 Especificações Técnicas dos Veículos

Os veículos deverão ser disponibilizados devidamente registrados, ser de propriedade da Contratada e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito, não sendo possível ser de propriedade de mesmo grupo econômico ou de terceiros;

Os veículos deverão ser necessariamente licenciados no Estado do Rio de Janeiro, sendo vedada a utilização dos mesmos pela Contratada para atender a terceiros ou a outro órgão ou entidade que não o Contratante;

Os veículos deverão estar registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro e a quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer limitação pré-estabelecida;

Os veículos fornecidos deverão ser novos, e ser substituídos quando atingirem 90.000 km rodados (ou KM inferior por decisão da locadora sem ônus para o contratante);

O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);

Os serviços de que trata o objeto deste presente contemplam a locação de veículo tipo Pick-Up, Sedan e Van de Passageiros, com as seguintes especificações:

| Tipo: Pick-up | Tipo: Sedan | Tipo: Van |
|---|--|--|
| Cabine Dupla Potência de 100cv a 250cv; Motor 2.0 ou superior; Cilindrada acima de 1.900 cm³; Dimensões máximas: Comprimento 5.500 mm, Largura 1.900 mm, Altura 1.900 mm; Altura mínima do Solo de 235mm; | Potência de 75cv a 150cv; Motor 1.0 ou superior; Cilindrada acima de 900 cm³; Dimensões máximas: Comprimento 5.000 mm, Largura 1.800 mm, Altura 1.500 mm; Capacidade de carga mínima de 300 quilogramas; Tração Dianteira; Gasolina/Álcool. | Potência de 100cv a 250cv; Motor 2.0 ou superior; Cilindrada acima de 1.900 cm³; Dimensões máximas: Comprimento 6.500 mm, Largura 2.300 mm, Altura 2.700 mm; Capacidade de carga mínima de 1.200 quilogramas; Capacidade mínima de 15 lugares; Tração Dianteira ou traseira; Diesel; |

| | | |
|--|---------------------|--|
| Capacidade de carga de 1.000 quilogramas a 1,5 toneladas; Tração 4x4; Diesel; Lona impermeável para cobertura de caçamba; Capota de fibra, sendo necessário em quatro veículos*. Imagem Ilustrativa: | Imagem Ilustrativa: | Indicação sonora de ré. Imagem Ilustrativa: |
|--|---------------------|--|

| Itens Comuns aos Tipos de Veículos |
|--|
| Direção hidráulica ou eletroassistida (elétrica); Ar condicionado; Airbag; ABS; Alarme com acionamento à distância; Cor branca, outras cores deverão ser justificadas pelo setor demandante desde que sejam carros para diligências/fiscalização tendo a necessidade de estar descaracterizados; Quatro portas para as pick-ups e automóveis de passeio; Vidro elétrico nas portas dianteiras; Trava elétrica com sistema de travamento de portas central e sensível à velocidade.; Apoio de cabeça (desde que configure de fábrica); Rádio AM/FM/CD Player/USB; Protetor de cárter; Extintor de incêndio com carga de pó ABC; Acessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontas, estepe, chave de roda, macaco e triângulo (itens de segurança). Cintos de segurança traseiros no assento do motorista; traseiros no assento do passageiro; traseiros no assento central; assento motorista e passageiro com prê-tensionador e ajuste na altura, desde que configure de fábrica; e na terceira fileira de banco de motorista e passageiro; Sistema eletrônico de estabilidade (desde que configure de fábrica) Sensor de estacionamento traseiro e câmera (desde que configure de fábrica); Insulfilme, conforme Resolução do CONTRAN nº. 960/2022; Adesivação conforme RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 27 DE 02 DE OUTUBRO DE 2020. |

*Imagem ilustrativa da Capota de Fibra para Pick-up 4x4:

Os veículos deverão ser mantidos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor.

Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sendo danos materiais no valor de R\$ 80.000,00 e danos corporais no valor de R\$ 80.000,00, sem franquias e responsabilidades para o órgão Contratante. Será aceito o autosseguro.

Será também de responsabilidade da contratada os casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de uso e casos fortuitos e que não ensejar a utilização dos serviços da seguradora.

Contratada deverá regularmente efetuar manutenções preventivas e corretivas nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes com peças originais e pneus comuns (não podendo ser recauchutado ou recapado), cujos custos correrão por conta da mesma, com oficinas credenciadas próximas à sede e nas unidades descentralizadas. Tais oficinas credenciadas deverão estar em um raio de no máximo 50km da sede onde o carro se encontra, haja vista que o INEA possui unidades descentralizadas em todo território do Estado do Rio de Janeiro. Conforme endereços abaixo:

| Imóvel | Endereço |
|-------------------------|--|
| Sede | Avenida Venezuela, 110 - Saúde - RJ |
| Estacionamento Sede | Avenida Venezuela, 57 - Saúde - RJ |
| Subsede | Avenida Marechal Floriano, 45 - Centro - RJ |
| Almoxarifado | Rua André Pinto, 29 - Ramos - RJ |
| Laboratório (GERLAB) | Avenida Salvador Allende, 5500 - Barra da Tijuca - RJ |
| SUPLAJ | Rua Doutor Bernardo de Vasconcelos, 154 - Centro, Araruama, RJ |
| SUPLAJ (posto avançado) | Rua Antônio Sampaio, 06 - Parque Riviera, Cabo Frio, RJ |
| SUPBG | Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro, Niterói, RJ |
| SUPBIG | Estrada do Marinas, 111, casa 12 - Marinas, Angra dos Reis, RJ |
| SUPRID | Avenida Conselheiro Julius Arp, 85 - Centro, Nova Friburgo, RJ |
| SUPBAP | Avenida José Alves de Azevedo, 483 - Parque Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ |

| | |
|--------|---|
| SUPMA | Rua Punta del Este, 187 - Cavaleiros, Macaé, RJ |
| SUPMEP | Rua 1º de Maio, 134 - Aterrado, Volta Redonda, RJ |
| SUPPIB | Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis, RJ |

A Contratada deverá enviar mensalmente relatórios por meio eletrônico listando os veículos que deverão ser enviados para manutenção preventiva e/ou corretiva incluindo data, horário, tipo de serviço e custo de realização. Deverão ser identificados nos relatórios a data e o horário de solicitação de substituição de veículos e a data, o horário e o local em que foi realizada a entrega do veículo substituído. Ao fim, deverá enviar relatório com os serviços realizados em cada veículo, bem como custo de realização.

A Contratada será responsável pela instalação de equipamentos de telemetria e disponibilização das informações obtidas através desses equipamentos em sistema online e relatórios. O sistema de telemetria deverá seguir as especificações abaixo:

- Disponibilizar mapa digital da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e do estado do Rio de Janeiro;
- Exibir posicionamento dos veículos no mapa em períodos especificados;
- Permitir cadastramento de grupos de veículos (exemplo: por órgão);
- Permitir ativação do recurso de visualização de posicionamento para grupos de veículos;
- Exibir relatório de posicionamento com data, hora e endereço (Incluindo logradouro, cidade e UF) e velocidade;
- Permitir definição da região de circulação autorizada e controle da saída da região;
- Disponibilizar a informação do tempo gasto e velocidade desenvolvida nos percursos;
- Exibir informações de status do veículo, incluindo: parado, em movimento e desligado;
- Exibição de relatórios de itinerários percorridos;
- Cadastro de até 10 perfis de acesso via web às informações em tempo real para o Contratante;
- Armazenar, constantemente, informações históricas referentes a um período de pelo menos 12 meses;
- Localização em tempo real do veículo.

A Contratada deverá autorizar a instalação/desinstalação de Unidade Veicular, para integração/retirada do veículo no Sistema de Controle de Frota utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sempre que um veículo for incluído/excluído do fornecimento.

Os veículos deverão ser disponibilizados com tanque cheio e, considerando que não está previsto o fornecimento de combustíveis, os veículos deverão ser devolvidos pelo Contratante à Contratada com tanque cheio.

No caso de imobilizações de veículos por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade da Contratada, a Contratada deverá fornecer veículo reserva de mesmas características do principal, com tanque cheio e no prazo máximo de 4 (quatro) horas na região metropolitana do Rio de Janeiro e 24 (vinte e quatro) horas nas demais regiões do Estado, a quantidade que for necessária. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal, e o veículo reserva também será devolvido com tanque cheio.

A Contratada deverá possuir, na ocasião da assinatura do Contrato, sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Município do Rio de Janeiro ou no Grande Rio, inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como entregas de veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefones que atendam 24 horas por dia, mesmo em feriados e finais de semana, para atender situações excepcionais. Caso a Contratada não disponha de sede ou filial no município do Rio de Janeiro, deverá apresentar Declaração formal de que não haverá prejuízos na execução dos serviços.

A Contratada deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

A Contratada deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão ou entidade Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

A Contratada responderá às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra a contratante e deverá arcar com os ônus decorrentes, por prejuízos, desde que graves e comprovados, ou originados diretamente de causas imputadas aos veículos locados, excluídas as ações decorrentes de danos indiretos e lucros cessantes, às quais, comprovadamente, não tiver dado causa.

2.2.2 Especificações Técnicas dos Motoristas

A CONTRATADA será diretamente responsável pela estrita observância dos códigos e das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive normas de Agências Reguladoras e de concessionárias de serviços públicos e, notadamente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) quanto à regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. Além disso, cabe observância dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho concernentes à prestação dos serviços objeto deste termo.

Disponibilizar a quantidade de profissionais de acordo com a quantidade de veículos estipulados no Objeto a ser contratado.

Disponibilizar profissionais habilitados com CNH correspondente as categorias “A”, “B”, “C” e “D”, de acordo com a frota a ser disponibilizada.

A contratada deverá apresentar com regularidade semanal, a escala dos motoristas de plantão na semana que se seguirá de acordo com as regiões de atuação do INEA e pelo gestor do contrato.

Manter equipe capacitada para atender os serviços objeto do presente contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão.

Os colaboradores deverão respeitar a jornada de trabalho de 5x2, sendo de segunda-feira à sexta-feira, podendo ter alternância de horário dependendo da diretoria que o mesmo estiver alocado, completando as 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Fica instituído para as empresas e trabalhadores, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas, na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Havendo necessidade de despesas com viagens, hospedagens e deslocamentos que não estejam englobados nos serviços, estes deverão ser devidamente autorizados pela Fiscalização, onde ficará na responsabilidade da CONTRATADA, o devido pagamento das despesas ao motorista contratado por intermédio de débito em conta do mesmo em até 24 horas antes da viagem a ser realizada, no qual o(s) respetivo(s) valor(es) será(ão) apurado(s) junto a Comissão de Fiscalização para a realização do reembolso pela Contratante mensalmente em cada medição a ser apresentada.

No que diz respeito à remuneração e custos de operação, foi realizado pesquisa na WEB da remuneração média da atividade de motorista de categoria D (o qual poderá ser considerado para as demais categorias), considerando que essa categoria é habilitada a realização de atividade profissional como motorista, se obtendo o resultado de R\$ 1.975,00 (um mil novecentos e setenta e cinco reais) por mês, conforme:



A faixa salarial para o cargo de motorista categoria d é de R\$ 1.975 por mês para Estado do Rio de Janeiro. 536 salários informados. Atualização em 23 de agosto de 2024

Cidades com os maiores salários para o cargo de Motorista Categoria D perto da localidade de Estado do Rio de Janeiro

| | | |
|---|---|---|
| São Gonçalo, RJ R\$ 2.437 por mês 12 salários informados | Angra dos Reis, RJ R\$ 2.092 por mês 8 salários informados | Volta Redonda, RJ R\$ 2.044 por mês 13 salários informados |
| Pavuna, RJ R\$ 1.995 por mês 28 salários informados | Rio de Janeiro, RJ R\$ 1.951 por mês 308 salários informados | Duque de Caxias, RJ R\$ 1.948 por mês 37 salários informados |
| Maricá, RJ R\$ 1.903 por mês 30 salários informados | Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ R\$ 1.899 por mês 8 salários informados | Nova Iguaçu, RJ R\$ 1.827 por mês 7 salários informados |

Fonte: <https://br.indeed.com/career/motorista-categoria-d/salaries/Estado-do-Rio-de-Janeiro?from=top_sb>

Desta forma visando os Encargos Sociais adotou-se o indicado pelo SINAPI na publicação dos CÁLCULOS E PARÂMETROS - 6ª Edição - Atualizada em Junho/2024, onde no Apêndice 19 – Encargos Sociais – Rio de Janeiro (pág. 108) que indica o percentual de 70,77% (setenta vírgula setenta e sete por cento). Complementarmente, julga-se cabível à apuração dos Encargos Complementares, onde adota-se o mesmo índice e na mesma edição, sendo verificado o Apêndice 46 – Encargos Complementares – Rio de Janeiro (pág. 135), onde transcrevo para melhor entendimento:

| Item de Encargo Complementar | Valor previsto pelo SINAPI |
|---|----------------------------|
| Alimentação | R\$ 738,47 |
| Transporte | R\$ 289,70 |
| Seguro | R\$ 7,31 |
| Exames (R\$ 252,08/12) | R\$ 21,01 |
| EPI - adotado padrão engenheiro (R\$ 107,31/12) | R\$ 8,94 |
| Total | R\$ 1.065,43 |

Complementarmente, informo que todas as informações estão disponíveis no site <https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro_SINAPI_Calculos_Parametros.pdf>

A partir de todo o exposto acima, o valor do profissional motorista visando custos mensais:

| Item | Valor/custo mensal |
|---------------------------|---------------------|
| Salário Base | R\$ 1.975,00 |
| Encargos Sociais (70,77%) | R\$ 1.397,71 |
| Encargos Complementares | R\$ 1.065,43 |
| Total | R\$ 4.438,14 |

2.3 DEFINIÇÃO DA NATUREZA OU DO BEM

Os bens têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO

3.1 FORMA DE EXECUÇÃO

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, conforme determina o art. 17, VI, "a" do Decreto Estadual nº 48.816/2023 e regulamenta a seção IV do capítulo V do Decreto Estadual nº 48.778/2023.

3.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e após sua publicação em Diário Oficial, podendo este prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termos Aditivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, após a verificação de sua real necessidade e com vantagens para o INEA na sua continuidade.

3.3 GARANTIA

Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei nº 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

3.4 REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

- Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;
- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;
- Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevisto, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

3.4.1 Para a prestação de serviços de mão de obra pelo Profissionais:

O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado:

- Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;
- Para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entendendo como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observando o princípio da anualidade do reajuste de preços de contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houver deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos cursos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

- A data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;
- A partir da data do requerimento do Contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder os cálculos devidos, deverá, a requerimento do Contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercício tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo Contratado.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

3.4.2 Para a prestação de serviços de locação de veículos:

Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, mediante solicitação do Contratado. O interregno mínimo de 12 (dozes) meses para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índices(s) definitivos(s).

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extintos(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizados(s), será(ão) adotados(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

- Da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
- A partir da data do requerimento do Contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do Contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do Contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

3.5 POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Os serviços constantes neste termo de referência com as devidas especificações **não poderão ser subcontratados**, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

3.6 POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara).

Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

A participação, ou vedação, de empresas constituídas em regime de consórcio tem sua previsão instituída na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e é disciplinada conforme Resolução PGE nº 4.345/19 por meio da Nota Explicativa X.

Fazendo remissão ao Parecer nº 98/2018-FAG, temos que “no processo administrativo a participação ou vedação de consórcio deve obrigatoriamente ser objeto de motivação específica pelo gestor, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado”.

Resta, então, entendido que a participação, ou vedação, de empresas em regime de consórcio no procedimento licitatório está no âmbito discricionário do Administrador, conforme se depreende do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame.

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade.

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

Sem querer ser prolixo, temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

Na razoável reflexão do Professor Marçal Justen Filho:

É usual que a administração pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre particulares.

A ausência de participação de empresas em regime de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Endossando o parágrafo anterior, esse é o entendimento do TCU:

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara). Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

3.7 POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em regra, a participação de cooperativas é permitida conforme art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, contudo deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que diz:

“é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”

Desta forma, fica vedada a participação de empresas constituídas em cooperativa, conforme o que dispõe a Orientação Administrativa PGE nº 08.

3.8 INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Considerando os requisitos da Lei Estadual nº 7.753/17, não será exigido Programa de Integridade.

3.9 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.9.1 Obrigações da Contratante

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, o serviço, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, através de comissão/servidor especialmente designado;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Rejeitar, no todo ou em parte do objeto, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o período contratual.

Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA. Aplicar à CONTRATADA as devidas sanções, penalidades legais e contratuais cabíveis.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

O CONTRATANTE realizará solicitações de inclusão e/ou exclusão de veículos ao longo da vigência contratual, mediante comunicação a endereço eletrônico informado pela CONTRATADA;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência;

3.9.2 Obrigações da Contratada

Disponibilizar os veículos, em caráter permanente, em até 30 (trinta) dias podendo se prorrogar por mais 30 (trinta) dias, no total de 60 (sessenta) dias, a contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ.

Apresentar, no momento da entrega dos veículos, cópia dos seguintes documentos dentro da data de validade, que deverão ser analisados e previamente aceitos pela CONTRATANTE:

- CLRVs dos veículos e os devidos registros na ANTT;
- Apólice de seguro total (incêndio e colisão), contra terceiros (cobertura física e material), bem como substituição e/ou reboque em caso de avaria mecânica para todos os veículos;
- Habilitações dos motoristas que prestarão os serviços.

Sempre que houver substituição de veículos e/ou motoristas a CONTRATADA deve atualizar os dados junto à CONTRATANTE;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto deste Termo de Referência, com empregados treinados, de bom nível de urbanidade, para prestarem serviços de transporte com qualidade;

Acatar às orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, zelando para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes;

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe arcar, em dia, com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade e/ou subsidiariedade da CONTRATANTE, podendo ser exigida a apresentação mensal da comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocada nas atividades, objeto do Contrato.

Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente.

Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, cumpram as normas internas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação de quadro nominativo de todo o contingente de empregados destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópias da CTPS, CNH e CPF, bem como endereço e números de telefone (os dados referentes devem ser atualizados junto à CONTRATADA, em casos de substituições).

Exigir de seus empregados que se mantenham identificados por crachás com fotografias recentes, sem que isso gere qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE (os crachás de identificação de uso obrigatório, devem ser fornecidos pela CONTRATADA, sem nenhum ônus à CONTRATANTE).

Substituir, prontamente, com a prévia anuência do Fiscal do Contrato, qualquer funcionário que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da CONTRATANTE.

No caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, providenciar a cobertura do empregado de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços, além de assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas-extras, abono, dissídio coletivo, outros adicionais, encargos sociais, referentes a seus motoristas.

Manter a disciplina de seus motoristas durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da CONTRATANTE.

Exercer rígido controle com relação à validade da CNH de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação dos veículos e validade de equipamentos obrigatórios.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da CONTRATANTE, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza, ou aferição do odômetro.

Utilizar veículos que deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

Possuir controle sistematizado/mecanizado que permita, a qualquer tempo, a emissão de relatórios referentes aos serviços de transporte, que abrangerão as quilometragens percorridas, os itinerários, as datas, os horários, relacionadas por demanda.

Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, incluindo danos físicos ou materiais, provocados por imprudência, desrespeito às normas de segurança, negligência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados.

Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de todas as demais exigências previstas neste instrumento.

Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, conforme disposto neste Instrumento.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Submeter por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste instrumento.

Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

Disponibilizar plataforma de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, a fim de sanar qualquer sinistro ou dúvida da fiscalização e em situações emergenciais.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega dos veículos no prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ.

O recebimento se dará somente após a comprovação da emissão da nota fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Contratante, inerentes à execução do objeto contratual;

Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

Responsabilizar-se pelos danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante; Comunicar ao INEA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na execução do objeto.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Disponibilizar à contratante todos os meios de contato existentes, como: endereço completo, pessoa de contato, e-mail e telefone; Emitir a apólice com base nas declarações da CONTRATANTE;

Quando da necessidade de substituição de peças, acessórios e/ou componentes, a CONTRATADA deverá recolher e destinar os itens e materiais substituídos, não sendo admitido que os mesmos permaneçam nas dependências da CONTRATANTE.

Assumir inteira responsabilidade pela qualidade das peças, partes, componentes, acessórios e materiais a serem empregados, os quais deverão ser originais e novos, de primeira qualidade e/ou recomendados pelo fabricante do equipamento, sem implicar em ônus extras ao Contrato.

Havendo necessidade de deslocamento de equipamento, peça, componente, acessório ou material da CONTRATANTE para a oficina da CONTRATADA, esse transporte, bem como quaisquer outros procedimentos associados, serão providenciados e custeados total e exclusivamente pela CONTRATADA.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

Entregar, quando for o caso, o manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

A CONTRATADA deverá assegurar que todos os pedidos de inclusão e/ou exclusão sejam devidamente processados, de modo a garantir a cobertura desde a data indicada na respectiva solicitação;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

Disponibilizar profissionais com conhecimentos de mecânica automotiva, habilitados com CNH categorias 'B', 'C' ou 'D', de acordo com a frota disponível.

A contratada deverá apresentar com regularidade semanal, a escala dos motoristas de plantão na semana que se seguirá de acordo com as regiões de atuação do INEA e pelo gestor do contrato.

Manter equipe capacitada para atender os serviços do presente contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão.

Facilitar o acesso em suas instalações aos servidores do Instituto Estadual do Ambiente ou outros autorizados pela mesma, os quais estarão devidamente identificados, cujo objetivo é o acompanhamento da execução dos serviços, bem como constatação da qualidade das peças substituídas.

4- REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, serão exigidos os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeiro, bem como, requisitos de qualificação técnica. As empresas deverão comprovar experiência na execução de serviços de locação de veículos com motorista, e apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica (expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado) conforme o item que estiver participando, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador dos serviços discriminados, devidamente assinado e comprovando a aptidão da licitante para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, sem quaisquer restrições.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).
2. Local e data de emissão.
3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
4. Período de fornecimento.

Cumprir informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

Para os veículos com motorista o profissional contratado deverá estar devidamente habilitado e qualificado, estar uniformizado, ser comprometido com a execução das atividades e ser registrado na empresa vencedora, de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho e a respectiva Convenção Coletiva. A comprovação do vínculo profissional mencionado deverá ser feita por meio de apresentação de cópia de carteira de trabalho profissional ou contrato de trabalho profissional com a empresa licitante.

O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

O licitante deve apresentar documentação através de Atestado(s), Certidão(ões) de capacidade técnica(s) ou Contrato(s) de fornecimento que comprove(m) que Licitante tenha fornecido satisfatoriamente, para órgãos públicos da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou ainda, para empresas privadas, materiais de natureza idêntica ou similares do presente termo compatíveis em características e com a(s) quantidade(s) mínima(s) limitada(s) a 50% (cinquenta por cento), do objeto deste licitação. Para a comprovação da quantidade mínima prevista, será admitido o somatório de atestados.

As vans deverão possuir autorização de viagens emitidas pelo DETRO/RJ, após a formalização do contrato, haja vista que a empresa necessita estar em posse dos veículos.

4.2 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. (ver porcentagem)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.3 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Orienta-se que a licitação seja realizada por lote unitário, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por lote permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por lote uniário é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispendo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

4.4 ENTREGA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO

O serviço deverá ser executado sob demanda e agendado com a SERVFROT - Serviço de Frota localizada no Instituto Estadual do Ambiente - INEA situado na Avenida Venezuela, nº110 - Saúde/RJ- CEP:20081-312, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

O dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: inea.servfrot@gmail.com, como também pelos telefones: (21) 2334-9633, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

A Contratada deverá apresentar documentação técnica oficial e original (ex: especificações, catálogos, prospectos e folders) de todos os serviços a serem oferecidos pela contratada, antes do julgamento do resultado da licitação.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo em até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O prazo para entrega dos veículos será em até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);

Somente em casos excepcionais, em que não seja possível cumprir os prazos, ou em que haja necessidade imprescindível do Contratante, será permitido, mediante acordo entre as partes, o fornecimento de veículos que tenham as mesmas especificações, com até 18 (dezoito) meses de fabricação, pagando o Contratante neste caso os valores constantes da tabela abaixo:

| Quilometragem do Veículo Provisório | Valor a ser pago pelo Contratante |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Até 10.000 km rodados | 100% do valor homologado |
| Entre 10.000 km e 20.000 km | 90% do valor homologado |
| Entre 20.000 km e 30.000 km | 80% do valor homologado |

Os veículos provisórios citados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Contratante por até 60 (sessenta) dias do estipulado para a entrega definitiva, ou seja, os veículos novos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, a partir da devida formalização e aceitação, tendo em vista se tratar de uma prorrogação de prazo. Ressaltando que dentro do período de utilização o veículo provisório não poderá ultrapassar os 30.000 (quilômetros) quilômetros, haja vista a tabela de formação de pagamento com desconto, considerar um limite de quilômetros rodados pelo veículo.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. AGENTES QUE PARTICIPARÃO DA GESTÃO DO CONTRATO

Em atendimento ao art. 117 da Lei Federal 14.133/2021 e ao art. 7º do Decreto Estadual Nº 48.817/2023, informamos que os integrantes da comissão de fiscalização serão indicados posteriormente, após a formalização do contrato administrativo, para que seja publicada a devida portaria no Diário Oficial.

5.2. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

5.3 PAGAMENTO

O INEA efetuará o **PAGAMENTO MENSALMENTE**, por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização, devidamente designada e publicada no DOERJ.

Nas hipóteses de inclusão de veículos no curso da execução contratual, que impliquem pagamento adicional, os faturamentos correspondentes devidos deverão ser efetuados em parcelas individualizadas por solicitação;

A hipótese de prorrogação do contrato por sucessivo período de 01 (um) ano ensejará a adequação do valor do prêmio estabelecido pro rata no curso do ano anterior;

Nas hipóteses de solicitações de inclusão e/ou exclusão de veículos no curso da execução contratual, os preços unitários correspondentes serão estabelecidos proporcionalmente ao período de vigência contratual remanescente;

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, fisicamente ou disponível em site, a qual deverá ser devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização.

Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

A CONTRATADA, para recebimento, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de regularidade junto ao INSS, conforme ACORDÃO 260/2002 do Plenário do TCU.

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

Por se tratar de serviço comum, sugere-se que o certame licitatório seja realizado na modalidade Pregão Eletrônico ou a adoção do instrumento do Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que o mercado possui vários fornecedores capazes de ofertar soluções que atendem as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

Entende-se que o critério de julgamento adequado seja o de MENOR PREÇO POR LOTE UNITÁRIO. A adjudicação pelo menor valor por lote justifica-se pela característica do objeto, uma vez que são itens indissociáveis, ou seja, a empresa fornecedora das licenças deve ser a mesma que realiza a implantação e o treinamento, uma vez é a detentora de toda a expertise necessária para a correta execução.

6.1. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA À ME/EPP

A partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 na Lei Complementar nº 123/2006, tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).

Contudo, a média do valor encontrado do presente objeto nas contratações anteriores ultrapassa os limites estabelecidos no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (inciso I), portanto, tal objeto não se enquadra nas hipóteses de licitação exclusiva para micro e pequenas empresas. Além disso, o serviço a ser contratado é de caráter indivisível, e, portanto, não se enquadra nas hipóteses de reserva de cotas para micro e pequenas empresas, conforme o inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

7. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. PRAZO DE VALIDADE, CONDIÇÕES DA PROPOSTA

A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

O modo de disputa deverá ser aberto onde o licitante precisará dar seus lances públicos, conforme art. 56, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021, pois o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2 ESTIMATIVA DE VALOR

A estimativa de valor será calculada na etapa de pesquisa de mercado, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, seguindo orientações do Art. 18 da Lei 14.133/2021 e a outras legislações aplicáveis.

8. DA FISCALIZAÇÃO

Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

O INEA manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada através de portaria para o acompanhamento e controle dos trabalhos.

A FISCALIZAÇÃO poderá vistoriar os serviços executados conforme sua necessidade e conveniência, ficando a CONTRATADA obrigada a passar todas as orientações e posicionamentos referentes, sempre que solicitado.

A execução dos serviços será acompanhada pela FISCALIZAÇÃO durante toda a vigência do contrato. Os materiais e documentos entregues pela CONTRATADA deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO antes do faturamento.

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados, podendo para isso:

- solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;
- paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas ambientais, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato; e
- solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos.

A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO acompanhará a mensuração dos seguintes aspectos, dentre outros, quando for o caso:

- Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

9. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

10. DAS PENALIDADES:

A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar se há o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Atestamos que este Termo de Referência possui todos os elementos e parâmetros indicados no artigo 17 do Decreto estadual nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Valdir Ribeiro Uchoa Filho
Chefe de Serviço SERVFROT
ID.: 5150114-7
Resp. pela Demanda

Rodrigo da Silva Mendes
Adjunto II SERVFROT
ID.: 51326701
Resp. pela Demanda

Rio de Janeiro, 26 setembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo da Silva Mendes, Adjunto**, em 26/09/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdir Ribeiro Uchoa Filho, Chefe de Serviço**, em 26/09/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **84075914** e o código CRC **2DDF78E6**.